



# Posicionamento das Organizações da Sociedade Civil sobre o programa de subsídio em insumos agrícolas em Moçambique.

Maputo, 10 de Outubro de 2017

O desenvolvimento do sector agrário tem sido desde sempre uma prioridade para Moçambique. Logo após a independência, o desenvolvimento da agricultura centrava-se na execução de projectos sem uma abordagem definida para o sector. Em 2007, com a rápida subida dos preços dos alimentos básicos, o conselho de Ministro aprovou a Estratégia da Revolução Verde como resposta à situação criada pela instabilidade mundial nos preços do petróleo e pela crise económica mundial, que estavam a comprometer os esforços para a redução da fome. A Revolução Verde marca a reafirmação da prioridade do Governo de Moçambique, estabelecendo um comando para a transformação de uma agricultura essencialmente de subsistência numa agricultura comercial, através de alguns programas como o Programa Compreensivo para o desenvolvimento da Agricultura (CAADP), Declaração de Abuja e a Declaração de Maputo (PEDSA, 2010 -2019).

O caminho escolhido pelo executivo de Maputo para transformar a agricultura essencialmente de subsistência numa agricultura comercial a partir da política de Revolução Verde passava em promover a modernização e a comercialização agrícola, adicionado à necessidade imperiosa da expansão de tecnologias e políticas da Revolução Verde nomeadamente, sementes certificadas, fertilizantes sintéticos, irrigação, crédito, concessão de título privado de uso e aproveitamento da terra.

A política de Revolução Verde adoptada pelo nosso governo, é um modelo de desenvolvimento que foi introduzido pela primeira vez na década 50 nos Estados Unidos da América rapidamente expandido para o resto do mundo. Com base num discurso ideológico que consistia em defender o aumento da produção de alimentos para pôr fim a fome no mundo, o grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação com vendas de pacotes de insumos agrícolas, principalmente para os países em desenvolvimento como a Índia, o Brasil e México e, através do financiamento de projectos em determinados países, pois acreditava-se e lamentavelmente algumas nações dos países pobres tais como Moçambique ainda acreditam na falácia de que as sementes modificadas e desenvolvidas em laboratórios possuem alta resistência a diferentes tipos de pragas e doenças, e que aliadas ao uso de agrotóxicos, fertilizantes, implementos agrícolas e máquinas, aumenta significativamente a produção agrícola.

O modelo, baseia se na utilização intensiva de sementes que foram sujeitas a alteração genética e as sementes híbridas, insumos industriais (uso de fertilizantes e agrotóxicos), mecanização, o uso extensivo de tecnologias no plantio, na irrigação, na colheita assim como na gestão da produção. A Política da Revolução Verde baseia-se na lógica de que os camponeses devem adquirir a tecnologia e os insumos. No entanto, dado o reduzido poder de compra dos camponeses moçambicanos, fenómeno que está ligado a incapacidade financeira dos camponeses em adquirir a tecnologia, muitos destes insumos são subsidiados por algumas épocas como forma de encorajar os camponeses em Moçambique a usar a nova tecnologia.



Inspirando-se na experiência de Malawi, Moçambique lançou em 2009 o programa de subsídio de fertilizantes de dois anos para a produção de milho e arroz. O programa contou com o financiamento da União Europeia. A pedido do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Centro Internacional de Desenvolvimento de Fertilizantes (IFDC) implementaram o programa de subsídio de insumos agropecuários entre os anos 2009-11. O programa envolvia a distribuição de 25 mil cupões, para compra de sementes melhoradas e fertilizantes subsidiados na ordem de 73 % do valor. Neste âmbito, foram distribuídos 10 000 cupões direcionados para a produção de arroz e 15 mil cupões para a produção de milho nas três províncias (Manica, Zambézia e Nampula).

O programa de subsídios em insumos agrícolas força as famílias camponesas a tornarem-se dependentes da compra destas sementes e insumos às grandes empresas que as detêm. Adicionalmente, a promoção do uso de sementes melhoradas e consequente abandono das sementes geridas pelos camponeses reduz a diversidade genética das culturas, tornando as mais susceptíveis a ataques de pragas e doenças, adicionado a eterna dependência aos fertilizantes e herbicidas muitas vezes específicos levando ainda a uma evidente redução dos rendimentos da produção agrícola dos camponeses dado os encargos que terão.

Esta prática leva ao surgimento de um monopólio por parte de empresas produtoras e fornecedoras de insumos agrícolas; uma crescente dependência do camponês na medida em que as suas variedades de sementes são relegadas ao esquecimento letal; danificação dos solos pelo uso excessivo de fertilizantes sintéticos ou aplicação de misturas de nutrientes inapropriadas - especialmente o Nitrogénio; desigualdades crescente entre os camponeses, pois, enquanto os camponeses comerciantes ampliam as suas áreas de influência, os outros perdem suas terras e terminam como trabalhadores assalariados em espaços comerciais ou em machambas de grandes agricultores comerciais.

O programa de subsídio em insumos, canaliza os fundos públicos, uma parte significativa dos nossos recursos financeiros, parte do orçamento de Estado para a aquisição de um conjunto de tecnologias que não são aplicáveis à diversidade das zonas agroecológicas da região. De 2007 a 2013, o nosso governo gastou cerca de 1,1 bilhões de dolares em programas de fertilizantes, 93% deste valor foi aplicado no programa de subsídios e cerca de 150 milhões de dolares foram utilizados na compra de insumos. Mas, mesmo com estes gastos, a nossa agricultura está longe de atingir os objectivos definidos que passam por produzir comida suficiente, em quantidade, saudável e nutritiva para os 25 milhões de Moçambicanos. E, as empresas que forneceram os insumos ao Estado, acumularam grandes quantidades de lucros, facto que foi acompanhado pelo surgimento de esquema de corrupção no Estado.

O modelo de subsídio em insumo agrícola fornece bens comerciais e financeiros que beneficiam agricultores comerciais individuais e as empresas que fornecem esta tecnologia, contradizendo a ideia de que os fundos públicos devem ser usados para o bem de todos e não de um certo grupo de pessoas. Ao se promover a actividade de subsídio em insumos agrícolas, ao mesmo tempo está-se a promover a dependência total dos camponeses. Para a maioria dos camponeses e das camponesas, a dependência de subsídio em insumos contribuiu para a perda da renda porque os camponeses são forçados a produzir a mesma cultura na mesma área e ao mesmo tempo, o que leva a abundância de produtos no mercado e como consequência a redução do preço dos mesmos.

O programa de subsídio em promoção na nossa pátria amada é feita muitas das vezes recorrendo a recursos financeiros públicos de longo prazo. Esta actividade não constrói um sistema agrícola resiliente necessário para enfrentar as desacelerações económicas e os efeitos previstos das mudanças climáticas.



Os insumos externos não são um investimento sustentável num clima económico difícil e não contribui para a construção de sistemas alimentares sustentáveis.

Por estas e outras razões reafirmamos a nossa total e inteira confiança num sistema agrícola que promove o modelo de produção agroecológico que, há milhares de anos, desenvolvemos, propomos e defendemos, em estrita concordância com a mãe natureza e com o futuro da humanidade. Pois acreditamos que:

1. A agricultura agroecológica, tal como é praticada pelos pequenos camponeses bem como as políticas a favor da Soberania Alimentar são as únicas soluções reais e eficazes para responder aos múltiplos desafios com os quais os camponeses se confrontam;
2. Os métodos de produção agroecológicos permitem obter produtos alimentares de boa qualidade sem prejuízo do ambiente, melhorando e conservando, simultaneamente, a fertilidade dos solos graças à uma boa utilização dos recursos naturais e sem o uso de fertilizantes Sintéticos;
3. A agroecologia exige e sustenta-se no desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia baseada nos seculares saberes indígenas e tradicionais e na ciência agroecológica, que defende a protecção do ambiente natural, da biodiversidade e da viabilidade económica e social de um modo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável;
4. A agroecologia ao manter o controlo das sementes na mão dos povos cria condições para que estes e as suas nações possam se desenvolver soberanamente, capazes de decidir sobre os seus destinos;
5. As políticas de desenvolvimento devem ser social e ambientalmente sustentáveis e enquadradas aos desafios reais dos povos. A Soberania alimentar defende um sistema de produção que mantém os solos férteis, respeita a biodiversidade, os hábitos culturais e a diversidade das sementes locais.

### **Com a agroecologia, produzimos comida de verdade no campo e na cidade**

1. Livangingo
2. Justiça Ambiental
3. ADECRU
4. Centro Africano para a Biodiversidade

